

SUBSÍDIO PARA A RECONSTITUIÇÃO DA GEOGRAFIA HISTÓRICA MINEIRA: UMA LEITURA A PARTIR DO RELATÓRIO PRESIDENCIAL DE 1837

Subsidy for the reconstitution of historic geography of Minas Gerais: a reading based on the presidential report of 1837

Letícia Leal

Mestre em Geografia, Universidade Federal de Alfenas-MG, Brasil

leticialeal.e@gmail.com

Gil Carlos Silveira Porto

Doutor em Geografia e docente do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG, Brasil

gil.porto@unifal-mg.edu.br

Recebido: 21.03.2023

Aceito: 14.08.2023

Resumo

A Geografia Histórica é um ramo da ciência geográfica que tem como objeto de estudo o espaço passado. A partir do geógrafo Milton Santos (1988; 2006), compreende-se o espaço geográfico como um conjunto inseparável de fixos e fluxos. Partindo desse conceito, será tratado neste escrito o espaço pretérito de Minas Gerais por meio do conhecimento e da compreensão dos fixos e fluxos apontados no Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais do ano de 1837. Esse documento histórico apresenta a situação, as demandas e as sugestões de seu redator, o presidente da província Antônio da Costa Pinto. Por meio da análise desse documento foi possível compreender o espaço geográfico da Província de Minas Gerais, que buscava modernização, organização e desenvolvimento segundo a ótica do governo provincial.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Fixos e Fluxos, Minas Gerais.

Abstract

Historical Geography is a branch of geographical science that has as its object of study the past space. From the geographer Milton Santos (1988; 2006), the geographic space is understood as an inseparable set of fixed and flows. Based on this concept, the past space of Minas Gerais will be treated in this writing through the knowledge and understanding of the fixed flows pointed out in the Presidential Report of the Province of Minas Gerais in 1837. This historical document presents the situation, demands and suggestions of its author, the president of the province Antônio da Costa Pinto. Through the analysis of this document, it was possible to understand the geographic space of the Province of Minas Gerais that sought modernization, organization and development according to the provincial government's perspective.

Keywords: Historical Geography, Fixed and Flows, Minas Gerais.

1. INTRODUÇÃO

A Geografia se responsabilizou, ao longo do desenvolvimento da ciência, pelo estudo da relação entre a sociedade e o meio. Essa relação é caracterizada pelas modificações advindas dos usos do território em diferentes escalas temporais e espaciais, uma vez que o avanço técnico socialmente acumulado em um primeiro momento é condição para o avanço da sociedade no momento seguinte. Assim, temos a produção contínua do espaço geográfico. Esse espaço é histórico, pois o espaço presente carrega a herança do espaço passado, valendo ressaltar que o espaço passado já foi um espaço presente.

Esta reflexão inicial nos aproxima do campo de investigação da Geografia Histórica e para ele nos direciona. Essa área da ciência nos permite desenvolver estudos sobre um espaço pretérito e, por via de consequência, compreender o espaço presente. Essa lógica se aplica tanto a Minas Gerais como a outras unidades espaciais que têm sido investigadas pela Geografia. O território que atualmente corresponde ao Estado de Minas Gerais começou a ser modificado no período colonial a partir de instrumentos técnicos vindos de fora do território e passou por um intenso processo de colonização graças à descoberta do ouro no final dos Seiscentos.

O presente texto é parte de uma pesquisa em andamento cujo objetivo primordial é recompor, desde o período colonial, a participação de Minas Gerais na formação socioespacial brasileira, como se observa, por exemplo, nos trabalhos de Davi e Porto (2021) e Leal (2022). A recomposição de uma Geografia do passado da província nesse período tem sido realizada por meio de consulta a mapas, dissertações, teses, artigos, livros e documentos distintos que fornecem informações empíricas sobre o arranjo espacial da província.

Para a efetivação do presente escrito, recuperamos o espaço passado de Minas Gerais no final da década de 1840, e para tal recorremos a uma fonte originária, o *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais*, escrito pelo presidente da província Antônio da Costa Pinto. Esse relatório data de 1837 e apresenta uma série de aspectos que nos auxiliam para o entendimento da organização e do desenvolvimento do arranjo espacial mineiro nessa fração de tempo.

Silva (2012), ao discorrer sobre a periodização nos estudos de Geografia histórica, destaca que há recortes temporais distintos a serem investigados em estudos desenvolvidos nesse campo do saber, entre eles o recorte temporal simples, onde “um

tempo particular é selecionado por sua importância histórica ou por haver disponibilidade ou significância de fontes materiais sobre o espaço analisado” (*idem*, 2012, p. 7).

Assim, identificaram-se informações empíricas divulgadas pelo executivo da Província de Minas Gerais da época para o processo de recomposição de uma Geografia dos tempos idos presentes nesse documento. Nesse processo de recomposição de uma Geografia do passado, há necessidade de coletar e discutir informações de diferentes origens, mas para o presente trabalho utilizou-se apenas o ponto de vista do governo de então.

2. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho foi analisado o Relatório Presidencial de Minas Gerais do ano de 1837, expedido em Ouro Preto pelo presidente da Província Antônio da Costa Pinto. O documento foi escrito para a Assembleia Legislativa Provincial.

O documento analisado está disponível virtualmente na plataforma CRL Digital Delivery System, onde ele está separado por páginas. Embora se apresente em excelente estado de conservação e digitalização, algumas páginas, palavras e letras encontram-se borradas, o que dificulta a leitura, mas esse fato não compromete o estudo do documento em sua íntegra.

As passagens do relatório apresentadas neste trabalho foram transcritas de maneira fiel, ou seja, respeitando a ortografia utilizada no documento, que data da primeira metade do século XIX.

Por meio da análise, constatou-se a estrutura do texto. O relatório está dividido em tópicos que são iniciados com elogios e questões positivas em relação às atividades desenvolvidas pelo governo provincial. Em seguida, o presidente aponta o problema constatado e apresenta uma sugestão de solução. Observou-se que todo o posicionamento do presidente é argumentado e justificado.

O documento apresenta relevantes aspectos da configuração territorial da Província de Minas Gerais em 1837, o que possibilitou a constatação dos elementos geográficos que compunham essa configuração. Ressalte-se, como apresentado por Bacellar (2008) ao discorrer sobre as fontes documentais, que os documentos não são neutros, requerendo a devida interpretação.

Bacellar (2008) observou que a análise de fontes documentais como o *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais* de 1837 requer a contextualização do

documento. Deve-se questionar as condições em que ele foi redigido, seus propósitos e seus autores.

O geógrafo Maurício de Almeida Abreu estruturou regras metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas na Geografia Histórica (ABREU, 2000; SILVA, 2012). Tais regras estabelecem que para estudar o espaço passado, no caso a Província de Minas Gerais em 1837, é necessário definir categorias e variáveis adequadas. Define-se para este trabalho o espaço geográfico caracterizado por fixos e fluxos.

Após as definições apresentadas, concorda-se com Abreu (2012) quando ele afirma que há necessidade de contextualização, o que pode ser feito por meio de pesquisa indireta. Silva (2012) observa que não é possível estudar o passado, mas sim fragmentos dele que não são neutros. Assim, é importante questionar a veracidade dos vestígios do passado estudado.

Por fim, os estudos de espaço-tempo requerem a empiricização do tempo. Tal processo é responsável por tornar o tempo concreto ou materializado, assim como o espaço. Segundo Santos (1988; 2006), essa empiricização pode ser feita por meio das técnicas, ou seja, mediante a distinção de épocas pela forma de realizar o trabalho.

As técnicas são meios instrumentais e sociais para a realização da vida, assim como para a produção e a criação do espaço, sendo implantadas no espaço por via dos objetos técnicos. Por meio delas, as épocas podem ser distinguidas. Para o presente estudo sobre a Província de Minas Gerais em 1837, entende-se que ela estava em momento de mudança, ou seja, achava-se inserida em um contexto de transição do período do meio natural, ainda comandado pela força da natureza, para o período do meio técnico.

A seleção do período de análise, o ano de 1837, foi feita de maneira coerente com o documento analisado, sendo este o primeiro documento publicado. Entende-se que se trata de um recorte temporal simples, como já mencionado, uma vez que caracteriza um tempo particular pelo qual se tenta recriar o presente histórico. O recorte espacial proposto, a Província de Minas Gerais, promove uma aproximação do real por meio da escala regional.

3. CONSIDERAÇÕES SOBRE A GEOGRAFIA DO PASSADO

A Geografia se refere à “relação inelutável dos seres humanos com o meio que os abriga” (MORAES, 2008, p. 24). Tal relação se constituiu ao longo dos anos da humanidade, quando os seres humanos não só começam a ser influenciados pelo meio como passam a influenciá-lo. Temos, portanto, uma questão de tempo nessa construção

do espaço. Segundo Erthal (2003), espaço e tempo são categorias importantes para todas as ciências. Assim, buscamos discutir o tempo na ciência geográfica sem nos distanciarmos do espaço.

A questão do tempo nos estudos geográficos é ontológica, ou seja, parte da questão “O que é Geografia?”. A definição kantiana da Geografia trouxe a concepção de uma ciência que é empírica e, dessa forma, aproximada da história (ABREU, 2000).

Segundo Abreu (2000, p. 13), as categorias de análise geográfica são atemporais: “[...] sendo a Geografia uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que se colocam para o entendimento da sociedade, e não o período de tempo que se decidiu estudar”.

Abreu (2000) promoveu uma crítica à Geografia do presente, uma vez que esta seria responsável pelo empobrecimento da ciência ao não considerar o passado. Segundo o autor, essa “ditadura do presente”, imposta pela ciência, ignora o passado geográfico e promove a manutenção de uma lacuna nos estudos.

A “ditadura do presente” foi constituída a partir da definição de limites entre a Geografia e a História no desenvolvimento das ciências. Na ciência francesa, a Geografia e a História estavam unidas. O processo de separação se deu devido à busca de uma independência da Geografia em relação à História, uma vez que a primeira era tida como uma ciência auxiliar da segunda. Assim, a definição de Geografia como estudo do presente serviu de base para garantir o seu lugar entre as ciências sociais (ABREU, 2000; SILVA, 2012).

Segundo Corrêa (2016), a restrição dos estudos em Geografia ao tempo presente foi superada, uma vez que esta ciência se responsabilizou pelo estudo do espaço, que pode ser passado ou presente. Abreu (2000) caracterizou a Geografia como uma ciência de análise e síntese que parte da abordagem do real e da sociedade. Tal abordagem é que distingue essa ciência das demais.

Assim, a Geografia se preocupa com a dimensão espacial da sociedade e os fenômenos sociais são temporais:

Neste sentido, papel fundamental deve ser dado à chamada geografia histórica que, inclusive, além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal. O próprio Carl Ritter já recomendava, em termos metodológicos, uma extensa pesquisa bibliográfica do passado a fim de melhor entender a região (ERTHAL, 2003, p. 30).

Portanto, o interesse do geógrafo e da geógrafa pelo tempo está na espacialidade da ação humana ao longo da História, sendo esta materializada em obras fixas e expressas em fluxos (CORRÊA, 2016). Esse interesse constitui a Geografia Histórica, que segundo Silva (2012) nem sempre foi reconhecida na ciência geográfica. Porém a reflexão sobre a epistemologia da Geografia e do espaço como fixos e fluxos permite a validação dos estudos e subsidia a Geografia Histórica.

Questões epistemológicas da Geografia podem ser discutidas a partir de Santos (1988), que desenvolveu o conceito de espaço como uma relação entre fixos e fluxos. Com base em tal relação, o geógrafo baiano definiu o espaço como sendo “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 63). Assim, tal conjunto se aplica a uma extensão temporal mais ampla, e não necessariamente apenas ao tempo presente.

Ainda segundo Abreu (2000), a contribuição de Milton Santos (1988; 2006) pode ser determinada pela busca do universal para a Geografia. Assim, o espaço geográfico parte dos fixos e fluxos e chega à expressão entre configuração territorial e relações sociais. A partir dessa concepção, temos o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Abreu (2000, p. 16) conclui que “as categorias objeto e ação são, portanto, as grandes orientadoras da análise geográfica e se desdobram numa série de outras categorias e conceitos”. O sistema de objetos e ações, por sua vez, é unido por meio da lógica da história passada. O sistema de objetos é determinado pelos sistemas naturais e pelos homens. Tal sistema precisa ser analisado unido ao sistema de ações, que só pode ser compreendido se ambos forem relacionados um com o outro.

Por fim, Abreu ressaltou (2000, p. 23) que analisar “o conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação que deram origem aos espaços geográficos do passado é uma tarefa que cabe ao geógrafo executar”.

4. BREVES ANTECEDENTES GEO-HISTÓRICOS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Minas Gerais foi caracterizada como o *hinterland* do território colonial, em que os limites do Tratado de Tordesilhas foram ultrapassados (COSTA, 1976). Iniciou-se assim um projeto de domínio territorial e político dos espaços interiores.

Segundo Costa (1976) e Moraes (2008), a descoberta do ouro na Província de Minas Gerais no final do século XVII implicou o direcionamento do fluxo do colonizador para áreas distantes do litoral, ou seja, a ocupação do interior, inicialmente na cidade que atualmente é denominada de Ouro Preto (PRADO JÚNIOR, 2008).

Silveira (2020) observa que o litoral era definido como espaço conhecido, civilizado e dotado de racionalidade econômica, enquanto o sertão se definia como outro estágio civilizatório, inferior e primitivo.

Além das dificuldades que envolveram a interiorização da colônia, Portugal enfrentava a decadência da economia açucareira dada a concorrência com outros colonizadores, o que influenciou diretamente no surgimento de uma recessão econômica (LEAL, 2019; 2022). E, segundo Furtado (1995, p. 73), “compreendeu-se claramente que a única saída estava na descoberta de metais preciosos. Retrocedia-se, assim, à ideia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir ditos metais”.

O encontro dos metais preciosos promoveu o crescimento e o desenvolvimento da Província de Minas Gerais, o que teve relevância para a colônia como um todo: “[...] A economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do país” (FURTADO, 1995, p. 77). Por outro lado, segundo Prado Júnior (2008), as demais zonas econômicas do Brasil, no período da mineração, entraram em decadência por haverem sido despovoadas e empobrecidas.

Afirmando o efeito positivo da mineração para a colônia, Costa observa (1976, p. 241):

A interligação entre as áreas já ocupadas pelo colonizador europeu aparece como primeiro elemento de integração nacional; ao mesmo tempo que se esboça o mercado consumidor interno e intensifica-se o processo de urbanização. Dentre os centros mineratórios salientou-se, como de primeira grandeza, Vila Rica, hoje Ouro Preto.

Frente à integração nacional, a mineração influenciou no sistema de transporte e de abastecimento pelas regiões vizinhas, uma vez que se localizava longe do litoral e estava dispersa em uma região montanhosa. Assim, demandaram-se tropas de mulas e, conseqüentemente, criou-se um mercado de animais de carga. A dinâmica de trocas e deslocamento redefiniu itinerários, além de estradas e caminhos (FURTADO, 1995; MORAES, 2008).

O abastecimento era uma demanda da mineração. Tal demanda intensificou as produções regionais especializadas em todas as partes da colônia. Para além do início de

uma rede de transporte, a economia mineira proporcionou um novo ciclo de desenvolvimento para diversas atividades econômicas coloniais. As regiões que tiveram suas atividades econômicas estimuladas para a atividade do abastecimento foram: Rio de Janeiro, São Paulo e o sul de Minas Gerais (FURTADO, 1995; MORAES, 2008; PRADO JÚNIOR, 2008).

A Figura 1 apresenta os caminhos que partiam do Rio de Janeiro e de São Paulo para a região de mineração no século XVIII. É possível identificar o “caminho velho das minas”, o “caminho dos currais” e o “caminho pelo sertão”. O mapa representa a localidade das minas de Angiba, Guituruna e Camapuão, além de uma série de rios e serras.



Figura 1 - Região das Minas Gerais com uma parte do caminho de São Paulo e do Rio de Janeiro para as Minas e dos afluentes terminais do São Francisco. **Fonte:** A Cartografia Histórica: do século XVI ao XVIII, 2023.

A Figura 2 também apresenta caminhos da colônia. Embora com número de detalhes topográficos menores que o da Figura 1, ela apresenta os caminhos em uma escala distinta da figura anterior, envolvendo o território brasileiro no período colonial.



Figura 2 - Traçado esquemático das grandes comunicações internas, terrestres e fluviais do Brasil Colônia. **Fonte:** Prado Júnior, 2008, p. 111.

Observa-se, na Figura 2, a capitania de Minas Gerais ligada ao Rio de Janeiro, à Bahia e a Goiás. Reflete-se sobre a centralidade dessa capitania no período colonial, uma vez que ao sul há apenas os caminhos de São Paulo e do Rio Grande do Sul; e ao norte uma região que, embora apresentasse mais centralidades relevantes, estava ligada apenas à Bahia. Assim, o Brasil colonial pode ser caracterizado por núcleos protourbanos espalhados e pouco interligados.

Em Minas Gerais também se constatou a presença de pequenos núcleos de assentamentos espalhados e caracterizados pela alta especialização. Tais núcleos foram povoados frente à intensa migração para a capitania e, posteriormente, para a província (FURTADO, 1995). Foram formados assentamentos com caráter protourbano e instalou-se uma rede de localidades ligadas à mineração e ao transporte do minério (MORAES, 2008), com destaque para o sul de Minas Gerais que se especializou na economia agrária (PRADO JÚNIOR, 2008).

No tocante às questões populacionais, a produção aurífera foi um atrativo para o rápido processo de povoamento de Minas Gerais, uma vez que representava uma oportunidade de enriquecimento para pessoas com recursos limitados. Frederico (2009) vê a migração como um desdobramento da mineração, uma vez que, embora incerta, a extração era muito lucrativa. Além desse aspecto, os imigrantes financiavam suas viagens liquidando os poucos bens adquiridos na tentativa de enriquecer rapidamente com a mineração (FURTADO, 1995).

Vasconcellos (1904) analisou que essa dinâmica populacional constatada em Minas Gerais era recorrente em outros países que também encontraram metais preciosos abundantes:

Como succede sempre nos paizes, em que surgem mananciaes preciosos e abundantes, as populações se agitara, as industrias normaes se desapparellham; tudo, emtim, se subverte; assim no Brasil o phenomeno subiu de ponto, e no repente de um anno. As provincias littoraneas ficavam desertas, e as lavouras abandonadas (VASCONCELLOS, 1904, p. 203).

Além da migração interna, verificou-se a chegada de imigrantes no Brasil, caracterizando a expansão demográfica brasileira: “[...] A população colonial de origem europeia decuplicou no decorrer do século da mineração” (FURTADO, 1995, p. 74). Desse modo, o ouro foi responsável por promover uma alteração na estrutura da população brasileira, uma vez que cresceu o número de europeus no Brasil.

Dadas as circunstâncias, uma série de medidas foi implementada para o controle territorial. Segundo Silveira (2020, p. 2),

[...] a partir das primeiras décadas do século XVIII, em paralelo ao plano “urbanizador” pautado na fundação de vilas em Minas Gerais, estruturas espaciais de controle da circulação foram instaladas nos sertões auríferos. Pessoas, informações e mercadorias, notadamente pedras preciosas, estavam sujeitas a esse sistema de interditos. Postos fiscais (Registros), guardas militares e presídios pontilhavam a paisagem destes sertões.

Com o declínio da produção aurífera foram estabelecidas outras economias em Minas Gerais, com uma nova orientação do fluxo e de mercadorias. Com as rotas estabelecidas no período de intensa mineração, o Rio de Janeiro se tornou uma centralidade para o abastecimento do sertão (SILVEIRA, 2020).

Nas regiões mineiras não houve atividade econômica permanente, mas apenas agricultura de subsistência, que se expandiu no momento de declínio da produção aurífera:

Uns poucos decênios foram suficientes para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros (FURTADO, 1995, p. 85).

Prado Júnior (2008) constatou que se configurou um povoamento esparso em Minas Gerais, onde foram distribuídos pequenos núcleos que estavam separados por grandes áreas ainda não ocupadas pelos colonizadores; essa situação também foi observada em outras regiões do Brasil.

Frederico (2009, p. 2) analisou a “[...] predominância da organização do território na forma de arquipélago até meados do século XX, com pequena integração interna entre suas sub-regiões e fortes interações interestaduais”, acrescentando que a formação territorial de Minas Gerais ocorreu a partir de um desenvolvimento desigual, como um reflexo do ocorrido no Brasil.

Com relação aos meios técnicos, Frederico (2009) ressaltou a descoberta das minas de ouro como um início para uma nova fase, pois mesmo que tenha ocorrido em um curto período, a exploração do ouro foi responsável pela transformação da organização do território de Minas Gerais e pela sua articulação com as regiões vizinhas.

Segundo Prado Júnior (2008), o declínio da mineração fez com que ressurgisse a agricultura na colônia, que passou a ser alvo de exportação, ainda com baixo nível técnico. Nessa atividade econômica foi dado destaque ao algodão, que teve seu mercado ampliado por conta da Revolução Industrial. Nesse cenário o interior deixou de ter destaque, uma vez que o afastamento dos portos voltou a ser um empecilho. O valor dos produtos não justificava o seu transporte. O açúcar também voltou a ter relevância na produção. Em Minas Gerais destacaram-se a pecuária, a produção de laticínios e a cultura do tabaco.

O esquema representado pela Figura 3 esboça os fixos e os fluxos comerciais de Minas Gerais durante o período colonial. Ressalta-se a presença de cinco localidades,

sendo Mariana a localidade central. Os fluxos demonstram a movimentação de ouro, pedras preciosas, manufaturas, gados, gêneros tropicais e escravos.

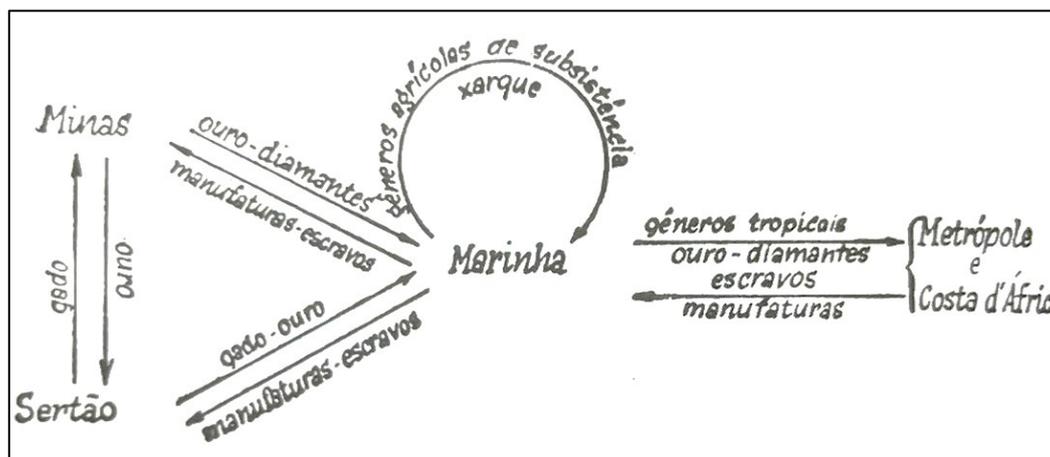


Figura 3 - Circulação comercial da colônia.

Fonte: Prado Júnior, 2008, p. 118.

Nesse período, não se desenvolveu na região de Minas Gerais uma indústria manufatureira. Frederico (2009) relaciona esse fato com a falta de técnica dos imigrantes e os tratados internacionais com a Inglaterra. Após o declínio do ouro, iniciou-se a expansão do café em Minas Gerais, território favorecido pela proximidade com São Paulo e Rio de Janeiro.

A proclamação da Independência, em 1822, reafirmou as fronteiras delimitadas no período colonial e iniciou uma fase de busca por modernização do Brasil. Nesse contexto foi analisado o *Relatório Presidencial de Minas Gerais* de 1837, escrito por Antônio da Costa Pinto para a Assembleia Legislativa.

5. RELATÓRIO PRESIDENCIAL DE MINAS GERAIS: FONTE DE RECOMPOSIÇÃO DE ELEMENTOS DO ESPAÇO PRETÉRITO

O *Relatório Presidencial de Minas Gerais*, datado de 3 de fevereiro de 1837, foi escrito em Ouro Preto, capital da província, por Antônio da Costa Pinto, presidente da Província, e dirigido à Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais.

Antônio da Costa Pinto iniciou o relatório a partir da citação da Lei Fundamental do Império e apresentou o objetivo de tal documento, que consistia em informar o Estado da administração do cargo do presidente provincial e instruir sobre as providências necessárias para o melhoramento da Província de Minas Gerais.

O relatório foi organizado sob os seguintes tópicos: tranquilidade pública; secretaria da presidência; culto público; instrução pública e escolas primárias; aulas menores; saúde

pública; população; catequese e civilização dos indígenas; agricultura e criação; divisão civil, judiciária e eclesiástica; obras públicas municipais; obras públicas provinciais; navegação; rendas públicas provinciais; corpo policial; guarda nacional; administração da justiça. O relatório incluiu ainda uma tabela demonstrativa financeira.

O primeiro tópico refere-se à tranquilidade pública. Nesse tópico, Antônio da Costa Pinto informou:

Em todo o decurso do anno proximately findo, e até o presente não tem sido alterada a tranquilidade geral da Provincia; é tal a índole do povo Mineiro, advertido, além disso, pela experiencia do que se tem passado em outras partes do Imperio, que à este respeito nada há á temer (PINTO, 1837, p. I).

O presidente informou à Assembleia Legislativa que a Província de Minas Gerais não passava por problemas relacionados com conflitos. É possível constatar um elogio na fala de Antônio da Costa Pinto ao citar a índole do povo mineiro. Ainda sobre essa citação, constata-se a comparação feita entre a Província de Minas Gerais e as demais Províncias do Império.

Ao longo do tópico citado foi informada a diminuição dos crimes, fato que segundo o presidente foi resultado do recrutamento. O presidente observou que essa medida foi útil para a diminuição dos ociosos, caracterizados pelos vícios e pela imoralidade, que passaram a ser úteis à Nação e corrigidos por meio da severidade da disciplina militar. A prisão também foi citada como uma medida responsável pela geração de bons resultados.

O segundo tópico abordado pelo presidente no relatório foi a secretaria da Presidência. Nesse tópico, Antônio da Costa Pinto informou que a secretaria se encontrava da mesma forma, ou seja, sem alterações relevantes. A finalidade da secretaria da Presidência era a expedição dos negócios públicos e havia problemas referentes à organização de documentos, como almanaques, mapas e relações. Segundo o relatório, livros e papéis encontravam-se dispersos. O presidente aponta para a necessidade de se criar um arquivo da secretaria, o que auxiliaria no seu trabalho e serviria como uma ferramenta da história da Província.

O terceiro tópico refere-se ao culto público. Antônio da Costa Pinto defendeu a religião como essencial para o bem dos homens reunidos em sociedade e apontou para a necessidade de ministros da religião:

Serviços relevantes farião à Sociedade os Ministros da Religião, se no coração dos Povos lançassem as sementes da moral Christã, e, se ensinando os bons costumes, e hábitos por meio do exemplo, que é sempre eficaz, divulgassem as noções precisas do justo, e do injusto, que entre nós se tem não pouco confundido. Teriamos por este meio Cidadãos moralizados, e virtuosos, dignos

verdadeiramente de um tal nome. Mas para o conseguirmos, faz-se indispensavel, que á mocidade, que se destina á vida ecclesiastica, se dê uma educação propria, e acomodada ás Instituições, que felizmente os regem; que revestindo-se os Parochos de maior consideração, e dando-se á muitos deles meios de decente subsistencia, se proveja a que o Officio Parochial não fique, por absoluta necessidade, exposto á ser exercido por homens, á quem faltão muitas vezes todas as qualidades para o desempenho da função da mais alta importancia (PINTO, 1837, pp. III e IV).

O presidente destacou a religião como necessária para a formação de um cidadão justo e moral. A partir dessa concepção, Antônio da Costa Pinto ressaltou a necessidade de investimento para a formação de pessoas capacitadas para atuarem na religiosidade da província. Foi apresentado o dado de que a Província de Minas Gerais possuía 128 paróquias naquele momento.

Destacou-se também a necessidade do culto externo para os costumes, o sentimento religioso e a fraternização dos cidadãos. E assim o presidente apresentou o problema relacionado com a carência das matrizes e o estado de ruína. O presidente da Província argumentou sobre sua demanda relatando: “[...] bem vejo que no estado exausto, á que se tem reduzzido os Cofres Publicos, é quasi impossivel emprehender melhoramentos neste ramo” (PINTO, 1837, p. IV). Porém ele fez a proposta da reedificação ou acabamento das igrejas matrizes para evitar o seu desaparecimento e a criação de leis que rejam os métodos de arrecadação de recursos.

O quarto tópico discutido refere-se à instrução pública e às escolas primárias. O presidente introduziu o assunto refletindo sobre os resultados esperados ante a então recente criação das escolas primárias, e é possível constatar que Antônio da Costa Pinto considerava os resultados positivos. Ressalta-se também a necessidade de instrução para a população exercer direitos e cumprir deveres:

[...] por outro lado não é menos essencial, refletindo-se que, sem ella, impossivel é desenvolver-se a indústria em todos os ramos, de que se compõem, e alimentar-se o amor ao trabalho, que, entre outras causas, mais efficaamente contribuirão para darem ao Paiz doradoura tranquillidade, riquezas, estabilidade em suas instituições, em summa, a felicidade Social (PINTO, 1837, p. VI).

Assim, o presidente defendeu a instrução pública e a escola primária como um progresso para o país. A Lei Nº 15 de 28 de março de 1835 foi citada e apresentada por estabelecer cem escolas de primeiro grau, 29 escolas de segundo grau e catorze escolas para meninas. Antônio da Costa Pinto apresentou dados sobre o ano anterior ao do relatório. Tais dados demonstram que as escolas de primeiro grau foram frequentadas por 3.111 alunos e as do segundo grau por 1.476, com idades variando entre cinco e catorze anos. O presidente observou que “[...] entre estes contão-se mui poucas meninas, por

que, além de faltarem geralmente com modos para elas, em lugares separados, há, da parte dos pais, ou educadores, alguma repugnância em tê-las entre os meninos” (PINTO, 1837, p. VI). As escolas para meninas foram frequentadas por 352 alunas de cinco a doze anos de idade.

Antônio da Costa Pinto informou que o número de alunos deveria ser maior e ressalta a sua dispersão para escolas particulares, para serviços familiares e para os miseráveis. Observou que o mesmo acontecia com relação às alunas, somado ao fato de que estas demandavam muitas despesas para a família, o que é visto como um empecilho para frequentarem a escola. O presidente discorreu sobre a baixa proporção de meninas que frequentavam a escola ante o tamanho da população mineira.

O relatório constatou que a construção de novas escolas possibilitaria a frequência de um número maior de alunos em comparação com os anos de 1834 e 1835. Tais dados foram apresentados com a justificativa de progresso e aperfeiçoamento das escolas primárias.

O presidente sugeriu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais a criação de um delegado para cada município. Esse cargo já existia, porém não era segmentado e, dada a distância dos municípios, a função de visita e inspeção das escolas não podia ser feita de maneira imediata e repetida.

Nesse tópico citou-se ainda a Constituição, que considerava a instrução primária gratuita como garantia de todo cidadão, e apontou-se a questão relacionada com meninos pobres e sua permanência nas escolas, o que demandava a garantia do fornecimento de material básico por parte do governo. O presidente mencionou também o problema relacionado com os professores que se demitiram por falta de ordenados ou salários e sugeriu uma gratificação para o cargo.

O quinto tópico apresentado no relatório foi o de aulas menores. O presidente discorreu sobre as aulas de Latim, que eram oferecidas nas vilas e cidades mais populosas da Província. Citou também a situação das aulas de Lógica, Retórica, Francês, Geometria, Anatomia e História. Tais aulas eram ministradas no seminário de Mariana e no hospital da capital. Antônio da Costa Pinto mencionou a situação financeira do seminário de Mariana ao longo dos anos e sugeriu a reforma e a ampliação dessa instituição, além da criação de aulas de Geografia e Inglês.

O sexto tópico refere-se à saúde pública. O presidente introduziu esse tópico a partir da concepção de imoralidade, miséria e contágios nas margens dos rios e lugares pantanosos. A solução apresentada foi o estabelecimento de trabalhos úteis para a

população, a propagação da vacina e a criação de casas de caridade. Assim, aos poucos, concluiu-se que os costumes do povo seriam alterados:

As enfermidades, que geralmente acometem as pessoas, que se entregam à uma vida licenciosa, desprezando os meios higienicos para a conservação da saúde, fariam também o homem laborioso, e honesto, cujo trabalho, sustentando muitas vezes uma família numerosa, e pouco útil, o torna merecedor da proteção da Sociedade, de que faz dignamente parte. É por isso que nos países civilizados a filantropia, e a humanidade costuma levantar asilos, e Casas de Caridade, aonde se oferecem socorros públicos às numerosas vítimas da doença e da miséria que são ali recebidas. À Sociedade interessa inquestionavelmente, que a semelhantes estabelecimentos, quando bem dirigidos, se outorgue proteção eficaz, e valiosa (PINTO, 1837, p. XVI).

Antônio da Costa Pinto argumentou que a Província tem essas fundações na capital, na cidade de Marianna, nas vilas do Sabará, em Campanha e em Diamantina. Afirmou que a vila de São João d'El Rei possui a fundação, porém sua apresentação implica uma série de críticas. Essa parte do relatório foi completada com argumentação baseada em leis e dados financeiros.

O sétimo tópico abordado no relatório diz respeito à população. O presidente introduziu o tópico observando que “sem população proporcionada à vasta extensão do nosso território, incertos, e tardios serão nossos passos na carreira dos melhoramentos materiais” (PINTO, 1837, p. XX). E assinalou que, nesse contexto, os recursos deixam de ser aproveitados, faltam empregos, a indústria não se desenvolve e faltam produtos. A agricultura da Província foi caracterizada como atrasada.

Segundo Antônio da Costa Pinto, para a solução de tais problemas,

[...] a emigração de braços uteis, prestantes, e afeitos ao trabalho, atraídos pelas garantias de segurança pessoal, de propriedade, e de ordem pública; a expulsão dos agentes destruidores da espécie, a moralidade, e sobre tudo o maior favor à agricultura, são, além de outros, os meios mais conducentes a acelerar o movimento progressivo da nossa população (PINTO, 1837, p. XX).

O oitavo tópico apresentado aborda a catequese e a civilização dos indígenas. O presidente observa:

Nossa população receberia um considerável aumento se conseguíssemos arrancar das mattas, e trazer à civilização as hordas de Selvagens, que por ellas andão errantes, carecidos das primeiras noções, que impellem os homens a formarem Sociedades, e sujeitarem-se a uma ordem, e direcção regular (PINTO, 1837, p. XXII).

Antônio da Costa Pinto discorreu sobre o decreto de 6 de julho de 1832, que abordava a criação do colegiado de educação na Província e que se destinava à instrução dos indígenas. Indicou-se o local ideal para a localização desse colegiado e justificou-se

tal indicação: seria às margens do rio Doce e a justificativa apontada era a existência de um Corpo das Divisões nesse local. O Corpo das Divisões foi criado em 1808 e tinha como objetivo proteger os colonos e defender suas propriedades contra os indígenas. O presidente observou:

Nesta situação não é possível deixar de reconhecer-se, que, com quanto os Soldados das Divisões, por ignorantes, corrompidos, e pouco menos bárbaros que os Selvagens, sejam incapazes de lhes dar exemplos de civilização, todavia, entretendo relações com muitos d'elles, podem cooperar eficazmente para os chamar á vida Social (PINTO, 1837, p. XXII).

Mencionou-se também o benefício da religião e sugeriu-se a utilização de missionários, sendo que tal sugestão foi exemplificada com os jesuítas. O presidente sugeriu também a reorganização do Corpo das Divisões.

O tópico seguinte refere-se à agricultura e à criação, e nele se fez a crítica das queimadas nas matas, que acarretava a perda de fertilidade por conta deste e de outros métodos errôneos de plantação.

O décimo tópico apresentado no relatório presidencial é o das divisões civil, judiciária e eclesiástica. Antônio da Costa Pinto discorreu sobre a importância da harmonia entre tais instâncias e suas divisões. Nesse tópico ele abordou e criticou as leis que organizavam as freguesias e os municípios.

O décimo primeiro tópico refere-se às obras públicas municipais. Nesse tópico, o presidente apontou para a falta de verbas das câmaras municipais e discorreu sobre a construção de fontes, calçadas e pontes, além da edificação e reparação de cadeias e estradas. O foco desse tópico foram as cadeias e as estradas, com ênfase na importância das primeiras. O presidente ressaltou o problema dos meios de comunicação dentro de uma comarca e destacou o valor das obras que estavam sendo feitas.

O décimo segundo tópico que compõe o relatório é o das obras públicas provinciais. Nesse tópico foi citada a construção de uma estrada em direção ao Rio de Janeiro para facilitar a comunicação com a capital do Império. Foram citados os nomes dos engenheiros contratados.

O décimo terceiro tópico aborda a navegação. O presidente discorreu sobre a importância da navegação para a comunicação e o transporte de gêneros diversos, mencionando a falta de engenheiros para a exploração de rios da província, uma vez que para isso eram necessários engenheiros de confiança.

O décimo quarto tópico aborda as rendas públicas provinciais. Nesse tópico Antônio da Costa Pinto discorreu sobre questões relacionadas com os impostos, criticou a

arrecadação e apontou para as fraudes, culpando a negligência dos coletores e de contribuintes imorais. Foi sugerida a regulamentação dos impostos cobrados nas passagens dos rios da Província, o que aumentaria a arrecadação e poderia contribuir para a construção de novos portos. O presidente citou os impostos sobre a carne, que constitui um gênero básico necessário à vida. Foram citados também os impostos sobre a aguardente, caracterizada pelo presidente como um produto que contribuía para a imoralidade e prejudicava a saúde pública. Fez-se uma crítica ao imposto sobre a herança e ao imposto cobrado sobre a compra e a venda de escravos, que podia ser facilmente sonegado.

O décimo quinto tópico diz respeito ao corpo policial. Esse tópico se prendeu à necessidade de informar a situação da força policial. Antônio da Costa Pinto observou que o corpo policial era composto por 350 a 370 policiais, o que era considerado adequado para a Província.

O décimo sexto tópico do relatório aborda a Guarda Nacional. Segundo o presidente, ela estava composta por 67 batalhões e dois esquadrões de cavalaria. “Os Batalhões formão 25 Legiões, das quaes as de Mariana, Sabará, Barbacena, Campanha, e Pouso Alegre estão sob as ordens de Commandantes Superioes” (MINAS GERAIS, 1873, p. XLVI). Antônio da Costa Pinto criticou a guarda nacional desarmada e a caracterizou como pouco útil.

O décimo sétimo tópico, último apresentado, trata da administração da justiça. Nesse tópico se fez uma crítica aos juízes de paz e observou-se que os responsáveis por tal cargo não cumprem com suas tarefas, razão pela qual não se evitaram vários crimes.

Porto (2014, p. 77), ao discorrer sobre o embrião das políticas de governo presentes nos relatórios dos presidentes da Província, observa:

Essas políticas públicas previam a instituição ou ampliação dos serviços de comunicação, educação, saúde e segurança, serviços esses que eram raramente ou parcialmente implantados, por alegada falta de recursos financeiros, conforme análise dos relatórios dos presidentes da província.

Finalizamos, pois, este relato concordando com o discorrido por Porto (2014) e ressaltando ainda a contradição entre os interesses da classe dominante, possivelmente representada pelo presidente da Província, e a implantação de serviços públicos na Minas Gerais provincial que buscava o benefício e a melhora da qualidade de vida da população.

6. DISCUSSÃO INICIAL SOBRE FIXOS E FLUXOS ESPACIAIS NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

O *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais* do ano de 1837 caracteriza-se por ser um documento de capital importância para a recomposição de uma Geografia do passado. Por meio de sua análise foi possível compreender o contexto geral da Província. O presidente abordou os mais diversos aspectos sociais, políticos e econômicos, apresentando a situação, a crítica e a solução dos assuntos mencionados no relatório.

Moraes (2008) observou que o processo de conhecimento do território gera o aumento da identidade territorial. Assim, entende-se que o *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais* pode ser entendido como parte de um projeto que visava contribuir para a unificação territorial por meio do desenvolvimento da identidade dos habitantes desse território.

Nota-se que a Província de Minas Gerais foi apresentada como um lugar novo, ainda em desenvolvimento. Esse desenvolvimento pode ser entendido por questões que vão desde a organização de impostos até a saúde e os costumes da população.

A Figura 4 apresenta a configuração territorial e administrativa no final do período da colonização. Essa figura tem por intuito contextualizar as comarcas que já estavam estabelecidas no período em que o relatório presidencial de 1837 foi redigido.

Observa-se na figura 4a divisão do território em cinco comarcas, sendo elas: Comarca do Paracatu (no noroeste da capitania), Comarca do Serro Frio (no nordeste da capitania), Comarca do Rio das Velhas (no centro da capitania), Comarca do Rio das Mortes (no sul da capitania) e Comarca de Ouro Preto (no sudeste da capitania).

A dinâmica provincial abordada por Antônio da Costa Pinto apresentou os fixos e os fluxos de Minas Gerais. Os fixos citados, como escolas, igrejas, instituições públicas, estradas etc. estavam em um momento de consolidação. Os fluxos apresentados, referentes a comércio, populacionais, informações, dinheiro etc. ainda eram pouco robustos, irregulares e descontínuos. Desse modo, o tênue arranjo espacial, produto da relação estabelecida entre fixos e fluxos, indica-nos o meio técnico em construção dessa Província.

A análise e a interpretação do *Relatório Presidencial* de 1837 confirma a relação entre fixos e fluxos, não sendo possível a separação dessas categorias ao se analisar o espaço. Essa afirmação pode ser constatada na questão relacionada com o fluxo

populacional relatada no documento, a exemplo do incentivo da migração para a Província com o objetivo de auxiliar e desenvolver a agricultura.

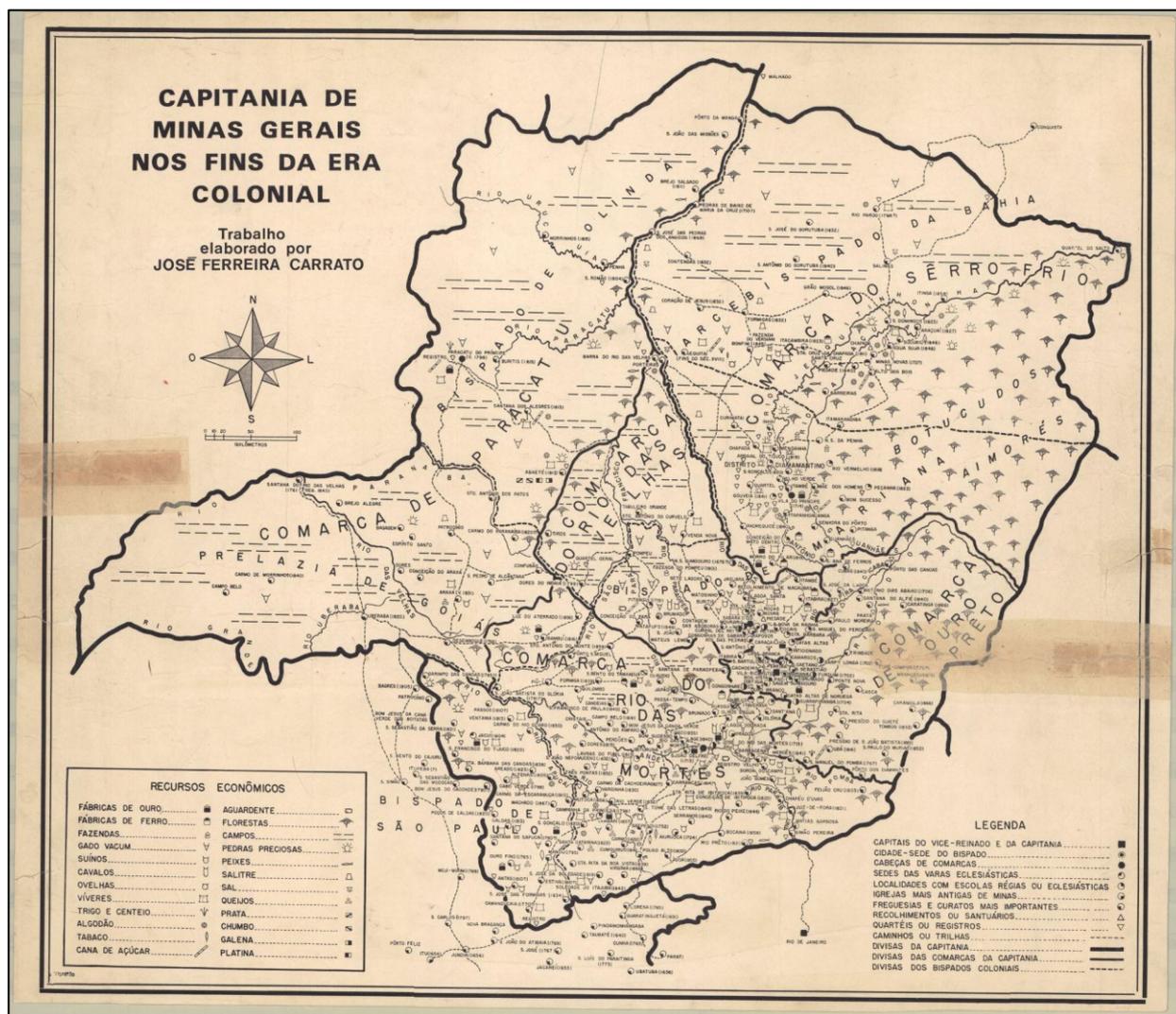


Figura 4 - Capitania de Minas Gerais nos fins da era colonial.

Fonte: Documentos Cartográficos, 2023

Iglésias (1958) analisou que nos relatórios presidenciais dos outros anos os presidentes não relacionaram o desenvolvimento da agricultura com o processo de migração, como foi feito em 1837. Outros presidentes e relatores abordaram a má distribuição de terras como um problema para o desenvolvimento da agricultura.

É possível constatar o fluxo populacional também quando o relator do documento cita o recrutamento militar. Esse assunto foi vinculado às questões relacionadas com a segurança da província, tema que também inclui a presença de prisões, o que é entendido como fixo.

O presidente da Província ressalta a necessidade de construção de uma série de fixos para melhor estruturação e organização espacial de Minas Gerais. Entre os fixos que

requeriam a construção, o representante destaca: arquivo público, escolas, colegiado destinado à instrução de indígenas, asilos, casas de caridade, portos para navegação fluvial, fontes, calçadas e pontes. Também são mencionados os fixos que precisavam de reforma, como o seminário de Mariana, cadeias e estradas.

O colegiado destinado à instrução de indígenas teve uma localidade indicada como o espaço ideal para sua construção, as margens do rio Doce, onde já existiam outras instituições voltadas para esse grupo. Um dado mais detalhado também foi apresentado com relação à quantidade de paróquias na Província, totalizando 128.

É possível constatar a orientação para a construção de fixos que poderiam gerar fluxos relevantes para o desenvolvimento colonial. Entre eles estão a instalação de indústrias e uma estrada para o Rio de Janeiro, que facilitaria a comunicação com o centro do Império. É importante destacar que a construção de indústrias foi mencionada vinculada ao investimento em educação e instrução.

Iglésias (1958) observou que a tecelagem foi uma atividade industrial que se difundiu rapidamente pela província após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, que modificou as vestimentas dos governadores, por exemplo. O autor observa que em 1837 foi organizada a Companhia Industrial Mineira, que possuía máquinas de fiar e tecer. Tal indústria passou a atuar no Distrito das Neves, em Sabará.

Ressalte-se o caráter tendencioso da visão da classe social hegemônica presente no *Relatório Provincial*. Há evidências de que Antônio da Costa Pinto representava essa classe, que também era conservadora, assim como as classes econômica e política dominantes na época. De maneira geral, em seu discurso ainda está presente, mesmo após a Independência política em relação a Portugal, ocorrida em 1822, uma visão colonialista ao defender, por exemplo, o branqueamento da população por meio da migração europeia, assim como pela criminalização e desrespeito aos povos originários e pela defesa do uso exploratório do território.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da constatação de que a Geografia é a relação da sociedade com o meio, o *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais* caracteriza-se como uma importante fonte de pesquisa do espaço passado, uma vez que narra as adequações de uma sociedade ao seu meio e do seu meio à sociedade.

O estudo do espaço passado é uma ferramenta para a compreensão do espaço presente. Esse espaço presente é um espaço herdado, ou seja, historicamente

construído. Dessa maneira, entende-se que a Geografia Histórica é uma área que demanda pesquisa e preenche as lacunas encontradas nos estudos voltados para o espaço presente.

Os fixos e os fluxos que temos hoje foram projetados, construídos e estabelecidos no início da constituição do Brasil territorial. Minas Gerais conheceu um período de grande relevância para a colônia e nesse momento se caracterizou como um território que orientou a construção de estradas. A relação estabelecida durante e após a mineração foi resultado dos fluxos criados entre as regiões.

A análise do *Relatório Presidencial da Província de Minas Gerais de 1837* não esgota o tema, uma vez que existem outros relatórios de outros anos da Província em questão. Muito pelo contrário, ela coloca em pauta a importância e a riqueza desse documento. Espera-se, assim, incentivar pesquisas na área, bem como dar continuidade à análise dos relatórios presidenciais que foram escritos após 1837. Por fim, cabe ressaltar que os relatórios podem ser analisados a partir do ano em que foram escritos ou a partir da temática abordada.

REFERÊNCIAS

A Cartografia Histórica: do Século XVI ao XVIII. BN Digital Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/biblioteca-virtual-da-cartografia-historica-do-seculo-xvi-ao-xviii/artigos/regiao-das-minas-gerais-com-uma-parte-do-caminho-de-sao-paulo-e-do-rio-de-janeiro-para-as-minas-e-dos-afluentes-terminais-do-sao-francisco/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

ABREU, M. A. Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, Cidade Portuária, Século XVII. **GEOSP**, São Paulo, v. 1, n. 7, p. 13-25, 2000.

BACELLAR, C. Fontes Documentais. Uso e Mau Uso dos Arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, R. L. O Interesse do Geógrafo pelo Tempo. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 94, p. 1-11, 2016.

COSTA, I. D. N. Análise da Morbidade nas Gerais (Vila Rica, 1799-1801). **Revista de História**, São Paulo, n. 111, p. 241-262, 1976.

DAVI, R. R.; PORTO, G. C. S. Contribuição para a Recomposição da Geografia Pretérita de Alfenas (MG): Agentes, Objetos e Processos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 1, n. 33, p. 13-45, 2021.

Documentos Cartográficos. **Arquivo Público Mineiro**. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=234. Acesso em: 11 jun. 2023.

ERTHAL, R. Geografia Histórica – Considerações. **GEOgraphia**, Niterói, v. 5, n. 9, p. 29-39, 2003.

FREDERICO, S. Formação territorial de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO. 2., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Departamento de Geografia da USP, 2009.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995. 352p.

IGLÉSIAS, F. **Política Econômica do Governo Provincial Mineiro, 1835-1889**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro, 1958. 231p.

LEAL, L. **As Narrativas Geográficas de Viagem de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais no Início do Século XIX**. 2019. 112 f. Monografia (Trabalho de Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

_____. **A Capitania de Minas Gerais no Período Colonial: Um Estudo a partir da Formação Socioespacial Brasileira**. 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2022.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2008. 154p.

PINTO, A. C. **Fala Dirigida à Ass. Leg., 3-2-37**. O. Prêto, Tip. do Universal, 1837. Disponível em: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/171#?c=4&m=0&s=0&cv=1&r=0&xywh=-504%2C-1%2C4127%2C2912>. Acesso em: 21 out. 2021.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008. 365p.

PORTO, G. C. S. **Evolução da Rede de Localidades Centrais na Bahia nos Séculos XIX e XX: Permanências, complexidades e Amadurecimento**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

_____. Gênese e Dimensões da Rede de Vilas e Núcleos de Ocupação na Bahia no Setecentos. **GeoTextos**, v. 14, n. 2, p. 89-115, 2018.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teórico e Metodológico da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988. 136p.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 392p.

SILVA, M. W. A Geografia e o Estudo do Passado. Conceitos, Periodizações e Articulações Espaço-temporais. **Terra Brasilis**, n. 1, 2012.

SILVEIRA, P. G. Notas sobre a Constituição da Rede de Circulação de Mercadorias entre o Litoral do Rio de Janeiro e os Sertões Mineiros (1750-1820). **Terra Brasilis**, n. 14, 2020.

VASCONCELLOS, D. L. A. P. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904. 438p.

Recebido: 21.03.2023

Aceito: 14.08.2023